

ARAÚJO, Melvina. 2006. *Do Corpo à Alma – missionários da Consolata e índios Macuxi em Roraima*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/ FAPESP. 234 pp.

*Almir Diniz de
Carvalho Júnior
(UFAM)*

Percorrer as páginas do livro de Melvina Araújo é conectar-se com a atualidade de uma certa visão de alteridade forjada pelos discursos antropológicos ocidentais e colocada em prática numa dimensão de relações interculturais. O foco a partir do qual a autora busca desenvolver sua narrativa é a ação missionária, velha prática da igreja católica que remete aos primeiros séculos da colonização do novo mundo. No entanto, uma velha prática reconfigurada e portadora de novos significados. Mas, não é apenas este o foco que segue a autora. Ele se divide em outras direções.

O espaço da missão, espaço intercultural por natureza, desperta o seu interesse e remete à atualidade de processos extremamente fluidos através dos quais grupos e sociedades se interconectam buscando estabelecer possibilidades de comunicação e compreensão. No caso específico da missão, naturalmente a troca é desigual. E isto não pode deixar de ser observado.

As referências teóricas a partir das quais a autora pensa seu objeto remetem ao pensamento de Fredrik Barth, no que se refere ao conceito de sociedade como sistema aberto e às teorias de ação social como sendo fundamentais para a compreensão e a interpretação dos atos dos atores. Foge das homogeneizações culturais, mas acredita numa capacidade de concordância na interpretação destes atos por quem participa de relações sociais estáveis, contribuindo para a conformação de um campo de relações em determinadas configurações culturais. Nesta fuga das homogeneizações e, ao mesmo tempo, em função da necessidade de destacar os aspectos fluidos e transformadores do campo de relações interétnicas, a autora também recorre à noção de situação colonial de Balandier.

Melvina, ancorada nesta e em outras perspectivas teóricas, busca visualizar as “configurações culturais” específicas da missão levada a cabo pelos padres do Instituto Consolata, no estado de Roraima, junto aos índios Macuxi. A narrativa passa a desvendar como determinadas estratégias discursivas, abraçadas por uma certa antropologia missionária, sacralizaram uma tradição ritualística e mítica reconfigurada e imputada aos indígenas daquela etnia. O objetivo destes missionários era o de preservar uma certa “cultura” do outro, razão de existência do

que se chamou de teologia da inculturação, levada a cabo pelo grupo de clérigos herdeiros do Concílio Vaticano II e da Teologia da Libertação Latino Americana.

Se o objeto de Melvina situa-se entre os séculos XX e XXI, as teias que o compõem são antigas e se desdobram somando traços de uma lógica da percepção do outro e da ação sobre a vontade deste estranho. Um estranho que, pouco a pouco, foi passando de exótico, incompreendido e não aceito para o patamar de aceitável, compreendido e sacralizado. Melvina não deixa de tomar a herança como referência, assim como não deixa também de associá-la a um contexto novo, em função das condições contextuais e intelectuais a partir das quais a prática da missão foi sendo redimensionada.

A lógica da mudança na prática missionária é perseguida através do contexto das mudanças pelas quais a Igreja católica passou nas últimas décadas e das mudanças causadas pelos processos de descolonização, em particular da África. Atrelado a isto, a “opção pelos pobres”, que reverberou para a “opção pelos índios”, abraçada pelos herdeiros de um movimento católico ligado aos fundamentos da teologia da libertação e que acabaram por contribuir para a criação do CIMI. De outro lado, uma nova configuração política que, segundo Melvina, parece ser depositária da ação contundente dos próprios missionários. Refiro-me às associações indígenas e à articulação das suas novas lideranças criadas e desenvolvidas sob a orientação dos missionários católicos, em particular os da Consolata.

No texto de Melvina, a terra se apresenta como a catalisadora de tudo. Ela impõe àquelas sociedades indígenas, muitas das quais desmembradas e desconectadas, a possibilidade de um espaço novo que, como consequência, chama para si novas e também antigas modalidades de comportamentos e vivências. Estas antigas e novas formas de existência foram sendo “redescobertas” através da ação dos missionários, atrelando-as aos discursos construídos ao longo do desenvolvimento do pensamento antropológico, em detrimento das modificações drásticas causadas pelo contato intermitente como o mundo dos brancos. A missão passa a ser o desafio da reconstrução das identidades étnicas em função da necessidade premente de controle da terra. A redescoberta da língua, dos rituais e das formas de vivência é necessária e desejável frente a esta nova configuração política na qual se inserem os índios Macuxi em Roraima.

O contexto das lutas políticas se apresenta como o palco onde novos atores indígenas se reconhecem na redescoberta de seu eu passado e reconduzido à existência pela batuta daqueles que, ao longo dos séculos anteriores, foram os maiores responsáveis pela sua mudança e pelo seu eu presente, que já não se enquadra no manequim daquela roupagem passada, mas agora desejada.

As lideranças indígenas, exemplos destes novos e também antigos personagens, se vêem diante de distintos desafios impostos pelos conflitos com fazendeiros, mineradores e políticos regionais que constroem o discurso da necessidade do desenvolvimento e denunciam os interesses internacionais como sendo o motivo da ação dos missionários que, na opinião dos grupos hegemônicos do estado, são os condutores das ações desses “caboclos” redescobertos “índios”.

A arena das lutas vai desde a violência policial até a batalha dos discursos através do uso da mídia. A demarcação da reserva indígena Raposa - Serra do Sol passou a ser a razão das disputas. Tais disputas são fruto de interesses diversos que colocam num mesmo espaço de luta fazendeiros, mineradores, organizações indígenas,

organizações não governamentais e missionários católicos. No entanto, no território desta guerra as armas mais contundentes e sofisticadas agem no campo discursivo, onde o jogo das identidades e a manipulação de códigos de percepção do outro são elementos fundamentais para a definição das práticas e solução dos conflitos.

Os missionários são apresentados como os detentores da chave dos códigos que legitimam a identificação dos Macuxi e, em consequência, o direito à posse da terra. Através de jogos, engendram no interior das festas católicas uma curiosa associação entre as ditas “culturas tradicionais”, a tradição cristã e a formação de estratégias políticas para a manutenção do controle do seu espaço.

O cuidado extremado com a “cultura do outro”, que a autora apresenta como fundamental na nova concepção de missão fundada pelo Instituto Consolata em Roraima, chega a ponto de classificar as práticas dos grupos indígenas num sistema de valoração no qual aquelas mais próximas do que poderia ser a “tradição” pressuposta deste grupo são abraçadas e incentivadas. No entanto, as consideradas diferentes de tal tradição, exóticas ou importadas do mundo dos brancos, como o incômodo gosto pelo forró, são destituídas de qualquer valor por estes missionários.

A autora deixa claro que a gramática religiosa cria novos significados para o campo da tradição indígena. Neste sentido, as formas de ação destes índios são lidas e enquadradas em parte numa perspectiva estranha aos seus atores, onde a simbologia dos rituais é reapropriada e ganha uma dimensão nova, tendo por base aquilo que é realmente aceitável como “tradição”. Qual seria portanto a parcela de responsabilidade destas comunidades indígenas no processo de reapropriação de suas identidades e tradições?

Um exemplo desta parcela de participação diz respeito ao aparecimento do agente indígena de saúde. No contexto do convívio entre estas populações indígenas e a sociedade envolvente, os Macuxi estabeleceram uma diferenciação entre doenças de brancos e doenças de índios. Estes agentes figuram como mediadores que acionam códigos de comunicação distintos entre estes dois mundos. Próximos e distantes do xamã, eles conseguem identificar o que pode ou não ser tratado pela terapêutica dos brancos. Escolhidos pelos seus pares, funcionam muitas vezes como os tuxauas, exigindo-se deles o conhecimento dos códigos dos brancos, como, por exemplo, ler e escrever e o conhecimento básico para identificar suas doenças. Distantes do xamã, podem ser destituídos do seu cargo, o que seria impensável acontecer com o primeiro. Por outro lado, estabelecem um diálogo entre os do seu povo e os médicos, construindo códigos de comunicação comuns. Neste espaço de mediação cultural há efetivamente partilha de significados, mas fica para o leitor a questão de quais seriam os outros lugares de troca.

Aliada à questão acima, cabe também aqui uma reflexão: se existem limites entre os códigos compartilhados e a interconexão de sentidos no âmbito destes espaços interculturais, estes se impõem muitas vezes por quem dirige os processos de atribuição de significados. Apesar do imenso esforço desta missão renovada, ela jamais poderá fugir do fundamento que a constituiu: santificar-se e santificar.

